



Pandemia já tirou a vida de mais de 100 mil brasileiros

Em meio ao caos, governo ainda busca retorno às aulas presenciais

Na última semana, o Brasil atingiu a triste marca de 100 mil vidas perdidas pela Covid. É como se aproximadamente metade da população de Santa Bárbara d'Oeste tivesse falecido. A cidade, inclusive, também vive cenário crítico na pandemia e já passa dos 80 óbitos confirmados.

Infelizmente, Santa Bárbara d'Oeste compartilha problemas enfrentados por todo o País no combate ao coronavírus, como a falta de leitos de UTI e de respiradores. Além disso, a população sofre os impactos da ausência de políticas eficientes de distanciamento social.

Em meio à piora da situação, o poder público ainda fala em retorno às aulas presenciais. Tal atitude colocaria em risco a vida de milhões de crianças.

O professor de epidemiologia da Faculdade de Medicina da USP, Eduardo Massad, calculou que a retomada das aulas em agosto pode elevar expressivamente a mortalidade.

"Hoje, nós temos no Brasil 500 mil crianças portadoras do vírus circulando por aí. Se você abrir agora, mesmo usando máscara e respeitando os dois metros de distância, só no primeiro dia de aula já vamos ter 1.700 novas infecções, com 38 óbitos. Isso vai dobrar e vai quadruplicar depois de 15 dias. Abrir as escolas agora seria um genocídio", afirmou o especialista em entrevista ao portal Brasil de Fato.

Ciente dos riscos existentes, o SindProSBO seguirá na luta contra o retorno das aulas presenciais. Mais do que nunca, é preciso defender as crianças e trabalhadores da educação de Santa Bárbara d'Oeste.



CORONAVÍRUS EM SANTA BÁRBARA D'OESTE

88 ÓBITOS CONFIRMADOS

4 ÓBITOS SUSPEITOS

11 ÓBITOS DESCARTADOS

2.908 CASOS CONFIRMADOS

1.044 CASOS SUSPEITOS

8.845 CASOS DESCARTADOS

2.433 CASOS CURADOS

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
DADOS DIVULGADOS EM 11/08/2020

FUTURA VOLTA ÀS AULAS EXIGIRÁ TESTES E EPI'S

O SindProSBO e sindicatos de professores de todo o País defendem que, quando ocorrer o retorno às aulas presenciais, o poder público deverá prover condições seguras aos profissionais da educação e aos alunos.

Mesmo que o retorno aconteça após a chegada da vacina, medidas de segurança precisarão ser tomadas, pois a vacinação em massa não será algo instantâneo. Máscaras, álcool gel e distanciamento entre os estudantes serão imprescindíveis. Além disso, o maior número possível de testes precisarão ser feitos para evitar novos surtos. A fiscalização dos sindicatos e professores sobre essas medidas deverá ser rígida e constante.



Governos aproveitam pandemia para promover terceirizações na educação

Incentivados por Bolsonaro e Paulo Guedes, governos estaduais e municipais atacam a educação pública

Da mesma forma que o ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, está utilizando a pandemia para "passar a boiada" e destruir a atual legislação ambiental - como indicado por ele mesmo em reunião ministerial do governo Bolsonaro - o poder público aproveita o momento atual para promover a terceirização na educação pública.

No final de 2019, o SindProSBO denunciou a tentativa da prefeitura de Santa Bárbara d'Oeste de transferir para entidades privadas, conhecidas como OSs (Organizações Sociais) a gestão das escolas Clotilde Teixeira Cullen, Eufrásia Garcia de Souza, Mainá e Maria de Lourdes Rodrigues.

Em plena pandemia, o prefeito Denis Andia quer continuar com o processo de terceirização dessas unidades escolares. Se as aulas presenciais estão suspensas e, certamente, boa parte dos pais não enviará seus filhos às escolas até que haja uma vacina, por que o prefeito insiste com essa política em um

momento tão caótico? Existem muitos questionamentos sobre os interesses e os jogos políticos por trás dessa terceirização.

Não faltam outros exemplos desse tipo de política ao redor do País. Na cidade de São Paulo, o prefeito Bruno Covas encaminhou à Câmara Municipal, em 16 de julho, um Projeto de Lei que, entre muitos outros ataques à educação, redimensiona a prestação de serviços terceirizados de limpeza e fornecimento de insumos.

No Paraná, o governador Ratinho Jr criou o Projeto de Lei 189/2020, que visa extinguir e terceirizar diversos cargos públicos, afetando quase 30 mil profissionais que atuam nas escolas do estado em serviços como alimentação escolar, limpeza, bibliotecas e serviços administrativos.

Há anos, o SindProSBO luta contra esses retrocessos na educação municipal. Contribua acompanhando e participando das ações do sindicato. Somente com união será possível vencer essa batalha.

POR QUE A TERCEIRIZAÇÃO PREJUDICA O ENSINO?



Segundo o DIEESE, terceirizados ganham, em média, 24,7% menos. As piores condições de trabalho afetam a qualidade do ensino



A preocupação de entidades privadas como as OSs é com o próprio lucro, e não com a qualidade da educação. Os alunos nunca são prioridade



Caso contratos com entidades privadas sejam rompidos, as escolas poderão ficar sem profissionais e os professores serão trocados de uma hora para outra



Com a terceirização, o Estado foge das suas obrigações e dificulta a fiscalização da sociedade